

**ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE
PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA/MG**

171ª REUNIÃO ORDINÁRIA, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2026.

1 Ata da 171ª (centésima septuagésima primeira) reunião do Comitê de Investimentos realizada aos
2 onze dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, às oito horas, na sede do Instituto de
3 Previdência Municipal dos Servidores Públicos do Município de Viçosa – IPREVI. A reunião foi
4 coordenada pelo Diretor Presidente **Edivaldo Antônio da Silva Araújo**, contando com a
5 presença da Diretora Administrativo-Financeira **Eliane Antônia dos Reis Pereira** e dos membros
6 do Comitê de Investimentos **Clarice Pereira de Paiva Ribeiro**, **Luis Roberto Andrade** e
7 **Monique da Silva Santana**. A reunião iniciou-se com os seguintes assuntos pautados 1 – *Análise*
8 *do retorno dos investimentos em relação à meta atuarial do mês de janeiro de 2026*, 2- *Análise da*
9 *carteira de investimentos e alocação de novos recursos*, 3- *Revisão do Relatório Anual de*
10 *Investimentos do exercício de 2025*, 4 - *Assuntos gerais*. Com base na análise dos relatórios de
11 investimentos apresentados, verificou-se que o patrimônio da carteira do Instituto totalizou
12 R\$157.450.314,78 em janeiro de 2026, representando um retorno nominal de 3,0125%,
13 equivalente a rentabilidade de R\$4.639.685,40, com atingimento de 398,58% da meta atuarial
14 mensal de 0,7558%. No período, foram aplicados R\$3.853.936,60 e resgatados R\$1.201.750,74.
15 A alocação da carteira de investimentos, no mês analisado, encontrava-se assim distribuída:
16 Títulos Públicos de emissão do TN, Art. 7º, I “a” R\$3.223.156,06 (2,0471%), Renda Fixa Art. 7º,
17 I “b” R\$64.958.859,62 (41,256%); Renda Fixa CVM Art. 7º, III, “a” R\$51.663.259,72
18 (32,8124%); Fundos de Ações CVM. Art. 8º I R\$33.608.045,04 (21,3452%); Fundos de Ações -
19 BDR Nível I, Art. 9º III R\$776.690,39 (0,4933%) e investimentos estruturados classificados como
20 multimercado R\$3.220.303,95 (2,0453%). Após análise, constatou-se que a carteira permanecia
21 em conformidade com os limites de alocação da Resolução CMN nº 4963/2021. Analisando o
22 cenário econômico, observou-se que o Copom manteve a taxa de juro SELIC em 15% ao ano, em
23 votação unânime, dando continuidade a uma estratégia monetária restritiva em razão do processo
24 de desinflação ainda incompleto, aliado às incertezas externas e riscos fiscais domésticos. O IPCA
25 de dezembro registrou alta de 0,33%. No acumulado dos últimos 12 meses, este índice totalizava
26 4,26%, encerrando 2025 dentro do intervalo de tolerância da meta. No cenário externo, persistem
27 incertezas relativas ao desempenho da economia dos Estados Unidos e a fatores geopolíticos
28 relevantes. Ao longo do mês, os títulos de renda fixa representados pelo índice IRF-M,
29 apresentaram rendimento de 1,96%, enquanto os títulos indexados à inflação, representados pelo
30 índice IMA-B, apresentaram rendimento de 1,00%. A bolsa brasileira, por sua vez, representada
31 pelo índice Ibovespa, apresentou valorização de 12,56%. Já o CDI, experimentou um rendimento
32 de 1,16%. A Bolsa Americana, representada pelo índice S&P 500, apresentou rendimento de
33 1,40%, enquanto o dólar (PTAX) teve desvalorização de 4,39% no mês, cotado a R\$ 5,50. Os
34 membros do Comitê deliberaram pela aplicação dos novos recursos, estimados em
35 R\$1.753.191,27, no Fundo FI CAIXA BRSIL IFRM-1 TITULOS PUBLICOS
36 REFERENCIADO, CNPJ:10.740.670/0001-06. O Diretor Presidente informou que: a) a
37 Prefeitura quitou os repasses referentes à competência dezembro/2025 e ao 13º/2025,
38 devidamente corrigidos consoante legislação municipal, em 10/02/2026; b) que todos os repasses
39 dos órgãos públicos encontram-se regularizados a partir desta data; c) que o IPREVI recebeu, em
40 fevereiro de 2026, R\$735.901,72 a título de compensação previdenciária (COMPREV).
41 Adicionalmente, o Coordenador comunicou que o CRP – Certificado de Regularidade

42 Previdenciária encontra-se irregular, devido a ausência de envio da MSC – Matriz de Saldos
43 Contábeis competência dezembro/2025 pela Prefeitura. Também relatou que comunicou a
44 irregularidade verbalmente e via mensagens em WhatsApp à Secretaria Municipal de Governo,
45 alertando que o prazo para regularização expiraria em 10/02/2025. Ficou registrado que o RPPS
46 aguardará até 13.02.2026 a regularização da pendência, e, caso não se seja sanada, formulará
47 notificação formal ao Poder Executivo. Foi informado, ainda, que a Prefeitura contratou a
48 empresa Pentagrama para realização de auditoria financeira, patrimonial e previdenciária do
49 IPREVI, e, o relatório final será apresentado ao Prefeito em 24/03/2026, sendo posteriormente
50 disponibilizado ao Instituto para análise. Nada mais havendo a tratar, o Coordenador declarou
51 encerrada a reunião, às dez horas e trinta minutos. Eu, Clarice Pereira de Paiva Ribeiro, lavrei a
52 presente ata, que após aprovada será assinada por todos os presentes e encaminhada à Diretoria
53 Executiva para as providências cabíveis. Edivaldo Antônio da Silva Araújo- CPRPPS DIRIG II e
54 CP RPPS CGINV I [Assinatura], Eliane Antônia dos Reis Pereira - CP RPPS DIRIG I [Assinatura],
55 Clarice Pereira de Paiva Ribeiro – CP RPPS CGINV I [Assinatura], Luis Roberto Andrade- CP
56 RPPS CGINV I [Assinatura], Monique da Silva Santana- CP RPPS CGINV I [Assinatura].